



2018 Prestação de Contas
Consolidadas

ÍNDICE*Pág.***CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO MUNICIPAL – 2018**

INTRODUÇÃO	5
1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	9
1.1 – NOTA INTRODUTÓRIA	11
1.2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	13
1.3 - MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	15
2. BALANÇO CONSOLIDADO	17
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	27
4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	31
5. DÍVIDA BRUTA DESAGREGADO POR MATURIDADE E NATUREZA	35
6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	39
7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	55

INTRODUÇÃO

Com todas as Contas respeitantes ao exercício de 2018 devidamente apresentadas e formalmente aprovadas, apresentamos a Conta Consolidada 2018, somando todas as Contas da Câmara Municipal de Aveiro (CMA) e de todas as entidades do seu Universo Municipal.

Esta Conta Consolidada de 2018 é elaborada e sujeita à apreciação e deliberação dos Órgãos Autárquicos cumprindo os devidos prazos legais, e dando continuidade ao Programa de Ajustamento Municipal (PAM), que via mecanismos de monitorização mereceu a melhor consideração e apreciação por parte da Direção Executiva do PAM, como comprovam os respetivos relatórios. No que à execução do PAM diz respeito os desvios positivos alcançados em grande parte deste exercício permitiu ainda que se considerassem reunidas as condições para a revisão do PAM, conforme sua aprovação em 21 de dezembro de 2018 com assinatura da Adenda ao Contrato Programa de Ajustamento Municipal do Município de Aveiro celebrado no dia 23 de janeiro de 2017.

Os processos de extinção das Empresas Municipais, MoveAveiro, TEMA e EMA, foram concluídos no ano de 2018 encontrando-se apenas a AveiroExpo em pleno e normal funcionamento, contudo em fase de liquidação.

Esta Conta Consolidada de 2018 continua a apresentar de forma clara e evidente os resultados positivos das contas da CMA e do seu Universo de Entidades Municipais, na senda dos anos anteriores, com destaque para alguns aspetos mais relevantes:

- Continuamos a apresentar resultados positivos à semelhança dos anos anteriores, contudo começa-se a verificar uma estabilização dos custos operacionais e dos custos financeiros. Verifica-se um ligeiro aumento nos custos extraordinários por força de um reforço da delegação de competências com as Freguesias, do apoio ao Associativismo e do abate dos Investimentos Financeiros das Empresas Municipais internalizadas;
- Os resultados encontram-se ainda influenciados pelo facto de terem sido reduzidas as provisões contabilizadas em anos anteriores para processos judiciais por força de alguns

terem sido liquidados e outros concluídos com absolvição do Município, assim como pela redução das provisões de investimentos financeiros como consequência da liquidação das empresas municipais;

- Do lado dos proveitos verifica-se um crescimento substancial que resulta de um aumento da cobrança de impostos associados ao período de expansão económica que se vive principalmente associado ao mercado imobiliário. Este fator também motivou a procura de investidores de onde resultou um crescimento da venda de imobilizado corpóreo;
- O endividamento total diminuiu face ao ano anterior na ordem dos 9 milhões de euros, resultado de um aumento de 5 milhões de euros no endividamento de médio e longo que resulta do saldo entre os dois desembolsos do FAM na ordem dos 13 milhões de euros (9 milhões de MLP e 4 milhões CP) e a redução de cerca de 2,7 milhões relativos amortização antecipada do contrato de locação financeira com a Caixa Leasing e Factoring e a redução do capital do FAM em cerca de 900 mil euros. No que ao curto prazo diz respeito o mesmo diminui na ordem dos 14 milhões de euros em grande parte devido à execução da assistência financeira do PAM;
- O investimento aumentou em cerca de 7 milhões de euros, em tudo semelhante ao do ano anterior, que se reparte por um aumento de cerca 3 milhões de euros ao nível de bens de domínio público e 4 milhões de euros ao nível do imobilizado corpóreo. Deverá ainda ser tido em consideração neste capítulo a redução do capital do FAM em cerca de 900 mil euros.

Estes aspetos revestem-se da maior importância e são indicadores expressivos da contínua recuperação financeira, forte e sustentável que a CMA está a executar, assim como da sua capacitação em termos financeiros e de realização de investimento, nomeadamente ao nível dos serviços públicos essenciais e das obras financiadas por Fundos Comunitários, em consequência das muitas medidas de gestão que têm vindo a ser tomadas ao longo do mandato autárquico 2013/2017 e reforçadas em 2017/2021.

Esta Conta Consolidada de 2018 é a segunda das duas, com a de 2017, que marcam a fase de transição da CMA para uma gestão financeira com a dívida a clientes toda paga, pela utilização do empréstimo do Fundo de Apoio Municipal, estando já a CMA num patamar de elevado nível de credibilidade e de capacidade para prestar serviços de qualidade e executar investimento, com e sem apoio dos Fundos Comunitários, de montante relevante em quantidade e em qualidade.

A argumentação política justificativa das contas não é apresentada, pelo facto de ter sido devidamente feita nos documentos de cada uma das entidades e o debate político ter sido intenso e claro no devido tempo da sua apreciação.

Cumprimos assim um preceito legal e ficamos com uma base de informação organizada, que torna possível a comparação da evolução das Contas do Universo Municipal, muito importante para a gestão devidamente cuidada e sustentável que estamos a fazer e que vamos prosseguir a bem da CMA e do Município de Aveiro, e em especial dos seus Cidadãos.

Aveiro, 07 de junho de 2018

José Agostinho Ribau Esteves

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas.

O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*, e o n.º 2 que a entidade mãe ou consolidante é o município, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal.

O grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Estabelece ainda no n.º 7 que *“Os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:*

- a) Balanço consolidado;*
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;*
- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;*
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.”*

O art.º 76º estabelece ainda que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Em cumprimento do disposto no artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se o presente Relatório de Contas Consolidadas relativas ao ano de 2018, o qual será submetido para aprovação em momento diferente da apresentação das contas individuais nos termos do nº 2, do artigo 76º da referida Lei, no sentido de cumprir os termos dispostos no art.º 51º, n.º 2, alínea d) e do art.º 52º, n.º 4, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas, na redação dada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, a qual fixa como data limite até 30 de junho de cada exercício.

1.2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Assim, o grupo público municipal engloba o Município de Aveiro e uma empresa municipal. Face aos anos anteriores o perímetro de consolidação passou de quatro empresas a uma consolidar. esta alteração resulta da internalização das empresas Municipais TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, S.A., EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. e MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M.. Em face do exposto importa referir que esta alteração tem implicações em termos de análise comparativa dos mapas apresentados nos anos anteriores atendendo a que as empresas municipais foram absorvidas pela empresa mãe o que afeta de forma direta os resultados, passando assim o perímetro de consolidação apenas a ser constituído por:

Entidades Participadas Incluídas no Perímetro de Consolidação

Designação da entidade	Tipo de entidade	NIPC	% Capital Social detida pelo Município a 31/12/2018	Montante da Participação
Aveiro Expo – Parque de Exposições, E.E.M.	EM	507095677	51,00%	38.250,00
TOTAL				38.250,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Quanto às excluídas, seguem igualmente abaixo:

Entidades Participadas Excluídas do Perímetro de Consolidação

Designação da entidade	Tipo de entidade	NIPC	% Capital Social detida pelo Município a 31/12/2018	Montante da Participação
Lusitânigás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	ES	502761024	0,06%	13.030,00
ADCL - Águas do Centro litoral, S.A.	ES	503929441	3,11%	1.250.000,00
Matadouros da Beira Litoral, S.A.	ES	504463420	3,27%	49.900,00
AveiroPolis - Soc. Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, S.A.	ES	505077949	40,00%	3.800.000,00
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	ES	505132478	45,43%	1.590.000,00
ADRA - Aguas da Região de Aveiro, S.A.	ES	509107630	17,35%	3.035.500,00
PCI - Parque de Ciência e Inovação, S.A.	ES	509574254	2,50%	187.500,00
TOTAL				9.925.930,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

1.3 - MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do Município de Aveiro foi o método de consolidação integral, pelo facto do valor da participação dos capitais próprios das empresas municipais serem contabilizados na conta patrimonial 41 – “Investimentos Financeiros” do Município.

Este método consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

2. BALANÇO CONSOLIDADO

BALANÇO CONSOLIDADO

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2018, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado ou Ativo Fixo, em Ativo Circulante e Acréscimos e Diferimentos. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo e igualmente Acréscimos e Diferimentos.

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Aveiro permite verificar o forte peso do Município enquanto entidade-mãe, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Apresentamos, de seguida um resumo do Balanço Consolidado do ano de 2018,

Balanço Consolidado Sintético 2018	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	31-dez-18		31-dez-17	
	Valor Líquido	%	Valor Líquido	%
Ativo				
Imobilizado				
Bens de Domínio Público	71.494.959,72	21,3%	74.138.939,81	22,5%
Imobilizações Incorpóreas	1.075,87	0,0%	951,42	0,0%
Imobilizações Corpóreas	196.833.486,15	58,5%	196.508.765,12	59,6%
Investimentos Financeiros	7.688.573,50	2,3%	8.544.184,13	2,6%
Total do Ativo Fixo	276.018.095,24	82,1%	279.192.840,48	84,6%
Circulante				
Existências	1.167.913,85	0,3%	1.118.711,60	0,3%
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	56.425,73	0,0%	56.425,73	0,0%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	6.086.482,49	1,8%	8.383.206,17	2,5%
Títulos Negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	49.317.158,95	14,7%	39.409.214,98	11,9%
Acréscimos e Diferimentos	3.568.704,02	1,1%	1.784.061,13	0,5%
Total do Ativo Circulante	60.196.685,04	17,9%	50.751.619,61	15,4%
Total do Ativo	336.214.780,28	100,0%	329.944.460,09	100,0%

Descrição	31-dez-18		31-dez-17	
	Valor Líquido	%	Valor Líquido	%
Fundos Próprios e Passivo				
Fundos Próprios				
Património	147.092.985,77	43,75%	146.631.741,77	44,44%
Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	-759.236,17	-0,23%	1.345.630,17	0,41%
Resultados Transitados	-28.316.212,62	-8,42%	-12.402.708,90	-3,76%
Resultado Líquido do Exercício	21.369.862,38	6,36%	6.953.459,60	2,11%
Interesses Minoritários	29.152,91	0,01%	7.894,83	0,00%
Total de Fundos Próprios	139.416.552,27	41,5%	142.536.017,47	43,2%
Passivo				
Provisões para riscos e encargos	4.171.969,04	1,2%	6.197.005,45	1,9%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	88.520.238,44	26,3%	83.222.154,47	25,2%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	13.909.505,87	4,1%	28.272.210,77	8,6%
Acréscimos e Diferimentos	90.196.514,66	26,8%	69.717.071,93	21,1%
Total do Passivo	196.798.228,01	58,5%	187.408.442,62	56,8%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	336.214.780,28	100,0%	329.944.460,09	100,0%

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Pela análise do Balanço Consolidado, verifica-se que o do grupo municipal de Aveiro evidencia um Ativo Líquido Total de 336.214.780,28 €, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 276.018.095,24 € cerca de 82,1% do total do Ativo.

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Aveiro permite verificar o forte peso enquanto entidade-mãe, e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo, onde se pode aferir uma representatividade na ordem dos 100% (99,9%), quando no ano anterior era de cerca de 90%, este aproximar dos 100% deve-se ao facto de quase o perímetro de consolidação ter sido reduzido a uma única entidade (AveiroExpo).

Através da análise da estrutura do Ativo, podemos constatar que o peso relativo do Ativo Fixo é de 82,1%, igual ao peso em termos das contas individuais do Município de Aveiro, 82,1%. Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, responsável em 100% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 17,9%, a posição do Município face ao consolidado apresenta o mesmo peso 17,9%.

No que diz respeito à estrutura dos Fundos Próprios e Passivo, podemos constatar que o peso relativo dos Fundos Próprios representa no final do exercício cerca de 41,5%, destacando-se a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 43,75% neste agregado. Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, responsável em 99,96% por este agregado. O Passivo assume um peso de 58,5%, no que ao Total do Passivo e Fundos

Próprios dizem respeito, enquanto em termos de grupo a posição do Município apresenta um peso bastante superior cerca de 99,92%.

O endividamento total diminuiu face ao ano anterior na ordem dos 9 milhões de euros, resultado de um aumento de 5 milhões de euros no endividamento de médio e longo que resulta do saldo entre os dois desembolsos do FAM na ordem dos 13 milhões de euros (9 milhões de MLP e 4 milhões CP) e a redução de cerca de 2,7 milhões relativos amortização antecipada do contrato de locação financeira com a Caixa Leasing e Factoring e a redução do capital do FAM em cerca de 900 mil euros. No que ao curto prazo diz respeito o mesmo diminui na ordem dos 14 milhões de euros em grande parte devido à execução da assistência financeira do PAM.

BALANÇO CONSOLIDADO					
Grupo Municipal					
2018		ANO 2018			ANO 2017
Código das Contas POICAL	ATIVO	AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de Domínio Público				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras Construções e infra-estruturas	180.543.033,11	112.107.508,82	68.435.524,29	70.153.921,19
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	472.182,11	5.428,33	466.753,78	447.873,33
459	Outros bens de domínio público	394.258,07	295.063,30	99.194,77	85.296,27
445	Imobilizações em curso	2.493.486,88	0,00	2.493.486,88	3.451.849,02
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		183.902.960,17	112.408.000,45	71.494.959,72	74.138.939,81
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propiedade industrial e outros direitos	8.814,58	7.738,71	1.075,87	951,42
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		8.814,58	7.738,71	1.075,87	951,42
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	91.476.780,87	0,00	91.476.780,87	90.282.702,44
422	Edifícios e outras construções	141.967.656,03	41.118.190,38	100.849.465,65	101.792.401,78
423	Equipamento básico	18.026.543,55	15.690.661,96	2.335.881,59	2.162.159,86
424	Equipamento de transporte	2.939.149,43	2.067.599,87	871.549,56	808.092,32
425	Ferramentas e utensílios	208.949,00	163.859,32	45.089,68	53.576,56
426	Equipamento administrativo	5.962.131,28	5.696.831,93	265.299,35	264.573,47
427	Taras e vasilhame	40.170,41	40.170,41	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	168.597,67	165.214,41	3.383,26	7.935,37
442	Imobilizações em curso	986.036,19	0,00	986.036,19	1.137.323,32
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		261.776.014,43	64.942.528,28	196.833.486,15	196.508.765,12
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	3.987.500,00	3.800.000,00	187.500,00	187.500,00
412	Obrigações e títulos de participação	7.501.073,50	0,00	7.501.073,50	8.356.684,13
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		11.488.573,50	3.800.000,00	7.688.573,50	8.544.184,13

Grupo Municipal		ANO 2018			ANO 2017
2018		AB	AP	AL	AL
Código das Contas POCAL	ATIVO				
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.167.913,85	0,00	1.167.913,85	1.115.138,26
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	3.573,34
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.167.913,85	0,00	1.167.913,85	1.118.711,60
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
282	Empréstimos concedidos	56.425,73	0,00	56.425,73	56.425,73
		56.425,73	0,00	56.425,73	56.425,73
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	636.098,03	0,00	636.098,03	1.139.356,62
212	Contribuintes, c/c	218.790,17	0,00	218.790,17	1.692.093,42
213	Utentes, c/c	899.703,17	0,00	899.703,17	1.005.519,61
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2.326.170,91	2.326.170,91	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	361.795,85
24	Estado e outros entes públicos	13.845,68	0,00	13.845,68	52.779,54
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	4.339.345,11	21.299,67	4.318.045,44	4.131.661,13
		8.433.953,07	2.347.470,58	6.086.482,49	8.383.206,17
	Titulos negociáveis				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e Títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Titulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros Titulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em Instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	49.315.729,43	0,00	49.315.729,43	39.406.305,21
11	Caixa	1.429,52	0,00	1.429,52	2.909,77
		49.317.158,95	0,00	49.317.158,95	39.409.214,98
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	3.481.216,62	0,00	3.481.216,62	1.709.447,59
272	Custos diferidos	87.487,40	0,00	87.487,40	74.613,54
		3.568.704,02	0,00	3.568.704,02	1.784.061,13
	Total de amortizações		177.358.267,44		
	Total de provisões		6.147.470,58		
	Total de ativo	519.720.518,30	183.505.738,02	336.214.780,28	329.944.460,09

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

BALANÇO CONSOLIDADO			
Grupo Municipal			
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2018	ANO 2017
	Fundos Próprios		
51	Património	147.092.985,77	146.631.741,77
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação	0,00	721.155,45
	Reservas		
571	Reservas legais	1.315.022,02	1.325.118,53
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios		
576	Doações	27.249,57	54.114,91
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	-2.101.507,76	-754.758,72
59	Resultados transitados	-28.316.212,62	-12.402.708,90
88	Resultado líquido do exercício	21.369.862,38	6.953.459,60
	Interesses minoritários	29.152,91	7.894,83
		139.416.552,27	142.536.017,47
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	4.171.969,04	6.197.005,45
		4.171.969,04	6.197.005,45
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
221	Fornecedores, c/c	6.602.220,28	6.602.220,28
2312	Dívidas a instituições de crédito	80.849.011,03	71.659.301,38
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
2613	Leasing	0,00	2.721.741,60
262 + 263 + 267 + 268	Outros Credores	1.069.007,13	2.238.891,21
		88.520.238,44	83.222.154,47

BALANÇO CONSOLIDADO			
Grupo Municipal			
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2018	ANO 2017
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2312	Dívidas a instituições de crédito	6.706.639,81	5.105.209,74
269	Adiantamentos por conta de vendas	1.240.189,00	1.240.189,00
221	Fornecedores, c/c	605.659,57	2.914.932,83
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	491.483,41	665.053,08
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	614.259,81	574.662,89
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.032,80	1.204,80
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	172.627,46	8.195.757,21
2613	Leasing	0,00	748.445,32
24	Estado e outros entes públicos	429.156,04	472.357,97
264	Administração autárquica	21.862,50	51.562,50
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	3.239.338,40	7.116.392,05
2618	Fornecedores de Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	387.257,07	1.186.443,38
		13.909.505,87	28.272.210,77
	Acréscimo e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	2.516.308,41	3.858.688,82
274	Proveitos diferidos	87.680.206,25	65.858.383,11
		90.196.514,66	69.717.071,93
	Total dos fundos próprios e do passivo	336.214.780,28	329.944.460,09

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido e perspetivar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas do grupo municipal continuamos a apresentar resultados positivos à semelhança dos anos anteriores, contudo começa-se a verificar uma estabilização dos custos operacionais e dos custos financeiros. Verifica-se um ligeiro aumento nos custos extraordinários por força de um reforço da delegação de competências com as Freguesias, do apoio ao Associativismo e do abate dos Investimentos Financeiros das Empresas Municipais internalizadas;

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA					
Grupo Municipal					
Código das Contas POCAL		Exercício			
		2018		2017	
Custos e Perdas					
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	597.431,80	597.431,80	749.465,08	749.465,08
62	Fornecimento e serviços externos	15.312.882,21		12.483.681,22	
	Custos com pessoal:				
641 + 642	Remunerações	10.281.699,07		10.354.794,34	
643 a 648	Encargos Sociais	2.827.138,49		2.766.684,91	
		13.108.837,56	28.421.719,77	13.121.479,25	25.605.160,47
63	Transferências e Subsídios correntes concedidos e prestações sociais	4.189.846,75	4.189.846,75	3.515.974,99	3.515.974,99
66	Amortizações do exercício	8.403.599,23		10.919.219,00	
67	Provisões do exercício	1.525.318,44		2.390.659,46	
			9.928.917,67		13.309.878,46
65	Outros custos e perdas operacionais	487.746,04	487.746,04	502.434,63	502.434,63
	(A)		43.625.662,03		43.682.913,63
68	Custos e perdas financeiras	1.378.238,67	1.378.238,67	1.058.560,86	1.058.560,86
	(C)		45.003.900,70		44.741.474,49
69	Custos e perdas extraordinárias	7.982.819,24	7.982.819,24	4.105.093,25	4.105.093,25
	(E)		52.986.719,94		48.846.567,74
	Imposto sobre o rendimento do exercício	13.806,45	13.806,45	70.419,92	70.419,92
88	Resultado líquido do exercício		21.369.862,38		6.953.459,60
	Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários	16.310,79	16.310,79	94.960,70	94.960,70
			74.386.699,56		55.965.407,96

Do lado dos proveitos verifica-se um crescimento substancial que resulta de um aumento da cobrança de impostos associados ao período de expansão económica que se vive principalmente

associado ao mercado imobiliário. Este fator também motivou a procura de investidores de onde resultou um crescimento da venda de imobilizado corpóreo. Esta tendência também resulta no aumento das transferências com vistas ao financiamento de projetos e obras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA					
Grupo Municipal					
Código das Contas POICAL		Exercício			
		2018		2017	
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas de Prestações de serviços:				
7111	Vendas de Mercadorias	0,00		0,00	
7112 + 7113	Vendas de Produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de Serviços	5.753.666,21		6.867.436,08	
7114+715	Venda de Bens	151.244,16		215.536,43	
716	Anulação de Venda de Bens	-24.780,42	5.880.129,95	-35.934,79	7.047.037,72
72	Impostos e taxas	38.888.913,89		29.953.946,91	
	Varição da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	833.336,06		1.173.567,05	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	13.168.434,16		10.786.168,98	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	52.890.684,11	114.270,92	42.027.953,86
	(B)	0,00	58.770.814,06	0,00	49.074.991,58
78	Proveitos e ganhos financeiros	3.045.880,82	3.045.880,82	3.108.211,32	3.108.211,32
	(D)	0,00	61.816.694,88	0,00	52.183.202,90
79	Proveitos e ganhos extraordinários	12.570.004,68	12.570.004,68	3.782.205,06	3.782.205,06
	(F)		74.386.699,56		55.965.407,96
RESUMO:					
	Resultados Operacionais (B)-(A):		15.145.152,03		5.392.077,95
	Resultados Financeiros (D)-(B)-(C-A):		1.667.642,15		2.049.650,46
	Resultados Correntes (D)-(C):		16.812.794,18		7.441.728,41
	Resultado Líquido do Exercício(F)-(E):		21.369.862,38		6.953.459,60

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Em termos de resultados apurados face ao ano anterior, os Operacionais aumentaram cerca de 10 milhões euros, os Correntes 9 milhões de euros e os Líquidos 14,4 milhões de euros, fixando-se em 15.145.152,03€, 16.812.794,18€ e 21.369.862,38€ respetivamente. No sentido contrário temos os resultados financeiros que diminuíram cerca de 382.008,31€ fixando-se em 1.667.642,15€.

4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado é um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2018 registou entradas de fundos que corresponderam a 83.847.130,15€, dos quais 80.849.346,25€ são provenientes de receitas orçamentais e 2.997.783,90€ resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais 70.356.870,24€, inferior em 10.492.476,01€ à Receita Global, e existindo um saldo inicial de 37.918.926,88€, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 48.411.402,89€. A este saldo acrescem 905.756,06€ como saldo de operações de tesouraria.

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS			
Grupo Municipal			2018
RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	38.790.049,13	DESPESAS ORÇAMENTAIS	70.356.870,24
Execução Orçamental	37.918.926,88	Correntes	44.484.128,61
Operações de Tesouraria	871.122,25	Capital	25.872.741,63
RECEITAS ORÇAMENTAIS	80.849.346,25	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	2.963.150,09
Correntes	60.090.563,50		
Capital	20.742.693,93	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	49.317.158,95
Outras	16.088,82	Execução Orçamental	48.411.402,89
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	2.997.783,90	Operações de Tesouraria	905.756,06
TOTAL	122.637.179,28	TOTAL	122.637.179,28

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2018, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 2.997.783,90€, enquanto os movimentos de saída totalizaram o

valor de 2.963.150,09€. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

**5. Dívida Bruta Desagregado por Maturidade e
Natureza**

DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA, DESAGREGADO POR MATURIDADE E NATUREZA

O grupo municipal apresenta uma dívida bruta consolidada desagregada por maturidade e natureza conforme mapa abaixo apresentado, representando um total de dívida de 102.461.833,62€ a qual se desagrega conforme a sua maturidade em, 88.520.238,44€ de médio e longo prazos e 13.941.595,18€ curto prazo.

Face ao ano anterior o total da dívida bruta consolidada, teve uma diminuição na ordem dos 9 milhões de euros, tal como explicado no ponto 2. Balanço Consolidado.

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros			Eliminação de créditos/ dívidas recíprocos	Grupo Municipal Consolidado
	CMA	AVEIRO-EXPO	TOTAL		
1	2	3	4=2+3	5	6= 4-5
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos	88.520.238,44	0,00	88.520.238,44	0,00	88.520.238,44
Fornecedores	6.602.220,28	0,00	6.602.220,28	0,00	6.602.220,28
Dívidas a instituições de crédito e Leasing	80.849.011,03	0,00	80.849.011,03	0,00	80.849.011,03
Outros Credores	1.069.007,13	0,00	1.069.007,13	0,00	1.069.007,13
Dívidas a terceiros - Curto prazos	13.788.869,22	142.721,06	13.931.590,28	-22.084,41	13.909.505,87
Fornecedores	1.629.393,19	40.004,36	1.669.397,55	-12.370,04	1.657.027,51
Dívidas a instituições de crédito e Leasing	6.706.639,81	0,00	6.706.639,81	0,00	6.706.639,81
Outros Credores	5.452.836,22	102.716,70	5.555.552,92	-9.714,37	5.545.838,55
Total	102.309.107,66	142.721,06	102.451.828,72	-22.084,41	102.429.744,31

6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Município de Aveiro apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2018, reportado a 31 de dezembro.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeira das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) adotou-se o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, onde se indicam um conjunto de princípios orientadores da consolidação de contas no setor público administrativo, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

Este novo normativo legal nos art.º 75º e 76º da Lei n.º 73/2013, define as novas regras para a consolidação de contas. Em relação à anterior lei verifica-se a alteração no perímetro de consolidação. Em suma o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º7 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1. – Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013 – Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



Entidade Mãe - Município de Aveiro

Sede Social – Praça da República - Apartado 244 - 3810 – 156 AVEIRO

Atividade Principal – Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



Aveiro Expo – Parque de Exposições, E.M.

Sede Social – Rua Dr. Manuel Almeida Trindade, 3810-488 Aveiro

Atividade Principal – Aveiro-Expo tem como objeto social principal a gestão e exploração da infraestrutura «Parque de Exposições de Aveiro», assegurando a continuidade e qualidade da prestação dos serviços públicos da mesma, e promovendo, através da conjugação de esforços e de interesses dos seus principais agentes, o desenvolvimento económico sustentado do concelho e região de Aveiro.

Participação – Detida a 51% pelo Município

Órgãos Sociais – A composição dos órgãos sociais prevista nos estatutos da empresa e para o ano 2018 eram a seguinte:

a) Assembleia Geral:

- Presidente – AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, Eng. João Carlos Fernandes Figueiredo;
- Secretária – CMA – Câmara Municipal de Aveiro – representada por: Dr.^a Maria do Rosário Lopes de Carvalho;

b) Conselho de Administração:

- Presidente do Conselho de Administração: Eng^o José Agostinho Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro;
- Vogais: Dr. Luís Miguel Capão Filipe, Vereador da Câmara Municipal de Aveiro e Sr. Fernando Paiva de Castro, representante da AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro;

c) Fiscal único:

- Dr. Avelino Azevedo Antão (n.º 589), em representação da Empresa de Revisores Oficiais de Contas CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda.

1.2. – Entidades Excluídas na Consolidação

As entidades excluídas do perímetro de consolidação são as seguintes entidades:

Entidades Participadas Excluídas do Perímetro de Consolidação

Designação da entidade	Tipo de entidade	NIPC	% Capital Social detida pelo Município a 31/12/2018	Montante da Participação
Lusitânigás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	ES	502761024	0,06%	13.030,00
ADCL - Águas do Centro litoral, S.A.	ES	503929441	3,11%	1.250.000,00
Matadouros da Beira Litoral, S.A.	ES	504463420	3,27%	49.900,00
AveiroPolis - Soc. Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, S.A.	ES	505077949	40,00%	3.800.000,00
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	ES	505132478	45,43%	1.590.000,00
ADRA - Aguas da Região de Aveiro, S.A.	ES	509107630	17,35%	3.035.500,00
PCI - Parque de Ciência e Inovação, S.A.	ES	509574254	2,50%	187.500,00
TOTAL				9.925.930,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

1.3. – Número de trabalhadores ao serviço do Grupo consolidado, durante o exercício, repartido por categorias.

O número de trabalhadores do Grupo Municipal consolidado em 31-12-2018 era de 591, desagregados por entidade conforme mapa abaixo:

Trabalhadores ao serviço por categoria a 31 de dezembro de 2018

Categoria	CMA	AVEIRO-EXPO
Dirigente	15	
Técnico superior	140	
Assistente técnico	153	
Assistente operacional	240	
Informática	16	
Polícia municipal	13	
Outros Grupos	7	
Diretor Executivo		
Coordenador		
Técnico especializado		1
Gestor		
Responsável de manutenção		
Produtor		
Administrativo		3
Operacional		3
SUB-TOTAL	584	7
TOTAL	591	

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

2. – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

Não aplicável.

3. – Procedimentos de Consolidação

Aplica-se ao grupo consolidado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos constantes das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

Para garantir uma uniformização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelaram necessários, os documentos de prestação de contas das entidades consolidadas, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. – Endividamento consolidado de médio e longo prazo

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazos desagregado conforme mapa abaixo apresentado, representando um total de endividamento consolidado de **88.520.238,44€**.

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longos prazos			Eliminação de créditos/ dívidas recíprocos	Grupo Municipal Consolidado
	CMA	AVEIRO-EXPO	TOTAL		
1	2	3	4=2+3	5	6= 4-5
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos					
Fornecedores, c/c	6.602.220,28	0,00	6.602.220,28	0,00	6.602.220,28
Dívidas a instituições de crédito	80.849.011,03	0,00	80.849.011,03	0,00	80.849.011,03
Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Leasing	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Credores	1.069.007,13	0,00	1.069.007,13	0,00	1.069.007,13
Total	88.520.238,44	0,00	88.520.238,44	0,00	88.520.238,44

5. – Saldos e Fluxos Financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º6 do art.º 75º do RFALE) da entidade consolidante e das que consolidadas resultam nos seguintes mapas:

Aveiro Expo – Parque de Exposições, E.E.M.

Tipo de fluxos	Câmara Municipal e Aveiro-Expo,EM									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	251.562,10	131.074,51		382.636,61	0,00	21.920,61	7.000,02		6.836,22	22.084,41
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participação do capital em espécie					0,00					0,00
Outros	175.841,53		175.841,53		0,00					0,00
Total	427.403,63	131.074,51	175.841,53	382.636,61	0,00	21.920,61	7.000,02	0,00	6.836,22	22.084,41

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

6. – Informações relativas a compromissos

Nada a assinalar.

7. – Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

7.1. – Imobilizações

No que se refere ao ativo imobilizado encontram-se refletidos no Balanço todos os bens inventariados e valorizados até 31 de dezembro. Para tal foram utilizados o custo de aquisição ou custo de produção, sendo que se considera como custo de aquisição de um ativo o respetivo preço de compra mais os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Da mesma forma, entende-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias – primas e outros materiais diretamente consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

No entanto, os que evidenciam preço desconhecido ou desatualizado, o preço é determinado de acordo com o valor de mercado, nos termos das regras definidas no nº 1, do artigo 20º em articulação com a alínea a) do nº 2 do artigo 39º, ambos do CIBE, metodologia também adotada aquando do inventário inicial. O imobilizado adquirido em 2018 encontra-se registado pelo custo de aquisição ou de produção.

As despesas de reparação ou manutenção do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custo no ano em que ocorrem, sendo as de valor mais significativo imputadas ao correspondente bem no final de cada exercício.

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com a respetiva execução e consequente faturação.

7.2. – Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, contudo os mesmos face aos processos de dissolução e liquidação em curso, foram objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão no ano 2014).

7.3. – Locação Financeira

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, estão reconhecidas no balanço. Consequentemente as amortizações destes bens e os juros das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

7.4. – Existências

As existências foram registadas ao custo de aquisição e movimentadas através do sistema de inventário permanente, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém e valorização.

7.5. – Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência, de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, sendo de salientar as existentes e realizadas em 2014 respeitantes aos Investimento Financeiros.

7.6. – Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.7. – Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.8. – Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal, cada uma das entidades registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

8. – Informações relativas a determinadas rubricas:**a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»**

Nada a assinalar.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

A 31 de dezembro de 2018 as rubricas dos bens de imobilizado do grupo municipal, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:

Ativo Bruto							
Rubricas	Saldo Inicial	Internalização	Reavaliações/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros Abates Transferências	Saldo Final
Bens do Domínio Público							
451 Terrenos e recursos naturais	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
452 Edifícios	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453 Outras construções e infraestruturas	176.395.766,13		0,00	666.663,76	0,00	3.460.401,20	180.543.033,11
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	452.989,18		0,00	19.192,93	0,00	0,00	472.182,11
459 Outros bens de domínio público	364.793,42		0,00	29.464,65	0,00	0,00	394.258,07
445 Imobilizações em curso	3.451.849,02		-104.684,46	3.108.090,82	0,00	-3.961.766,50	2.493.486,88
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total	180.665.399,75	0,00	-104.684,46	3.843.612,18	0,00	-501.367,30	183.902.960,17
Imobilizações Incorpóreas							
431 Despesas de instalação	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433 Propriedade industrial e outros direitos	8.690,13		0,00	124,45	0,00	0,00	8.814,58
443 Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total	8.690,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.814,58
Imobilizações Corpóreas							
421 Terrenos e recursos naturais	90.282.702,44	-332.333,42	635.955,41	2.626.668,76	2.268.565,74	332.333,42	91.476.780,87
422 Edifícios e outras construções	137.349.625,05	-44.047.377,09	41.532,79	584.722,45	73.237,55	48.112.390,38	141.967.656,03
423 Equipamento básico	20.266.735,64	-11.659.701,77	857,34	650.238,77	0,00	8.776.413,57	18.026.543,55
424 Equipamento de transporte	2.393.161,57	-26.655,04	0,00	244.937,37	30.156,42	359.863,95	2.939.149,43
425 Ferramentas e utensílios	223.692,80	-31.617,13	1,32	193.707,3	0,00	-2.496,72	208.949,00
426 Equipamento administrativo	5.876.648,43	-386.286,52	2.181,31	134.325,95	0,00	335.264,11	5.962.131,28
427 Taras e vasilhame	40.170,41		0,00	0,00	0,00	0,00	40.170,41
429 Outras imobilizações corpóreas	193.774,04	-25.700,37	0,00	0,00	0,00	534,00	168.597,67
442 Imobilizações em curso	1.137.323,32		-3.201.285,46	4.265.334,11	0,00	-1.215.335,78	966.036,19
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total	257.765.833,70	-56.521.673,34	-2.520.757,29	8.725.618,14	2.371.961,71	56.698.954,93	261.776.014,43
Investimentos Financeiros							
411 Partes de capital	3.987.500,00	4.755.595,18	0,00	0,00	0,00	-4.755.595,18	3.987.500,00
412 Obrigações e títulos de participação	8.356.684,13	0,00	0,00	-855.610,63	0,00	0,00	7.501.073,50
4141 Invest em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Dep. em instituições financeiras	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total	12.344.184,13	0,00	-855.610,63	0,00	0,00	-4.755.595,18	11.488.573,50
TOTAL	450.784.107,71	-2.625.441,75	6.009.483,84	439.420,43	-2.085.548,02	457.176.362,68	

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Amortizações e Provisões					
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final	
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	106.241.846,94	5.367.485,92	-498.175,96	112.107.508,82
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	5.115,85	312,48	0,00	5.428,33
Outros bens de domínio público	4859	279.497,15	15.566,15	0,00	295.063,30
sub-total	106.526.459,94	5.383.364,55	-498.175,96	112.408.000,45	
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	7.738,71	0,00	0,00	7.738,71
sub-total	7.738,71	0,00	0,00	7.738,71	
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822	35.557.223,27	18.815.204,95	-49.476,15	41.118.190,38
Equipamento básico	4823	18.106.575,78	9.059.181,33	52.460,72	15.690.661,96
Equipamento Transporte	4824	1.585.069,25	560.493,22	51.772,02	2.067.599,87
Equipamento Ferramentas Utensílios	4825	170.116,24	15.745,05	3.600,14	163.859,32
Equipamento Administrativo	4826	5.612.074,96	618.996,67	148.481,42	5.696.831,93
Taras e vasilhame	4827	40.170,41	0,00	0,00	40.170,41
Outras imobilizações corpóreas	4829	185.838,67	3.049,06	0,00	165.214,41
sub-total	61.257.068,58	29.072.670,28	206.838,15	64.942.528,28	
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	3.800.000,00	0,00	0,00	3.800.000,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total	3.800.000,00	0,00	0,00	3.800.000,00	
Total de Amortizações	167.791.267,23	34.456.034,83	-291.337,81	177.358.267,44	
Total das Provisões	3.800.000,00	0,00	0,00	3.800.000,00	
Total Geral	171.591.267,23	34.456.034,83	-291.337,81	181.158.267,44	

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período

Nada a assinalar.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram

Nada a assinalar.

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado

Nada a assinalar.

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado

Nada a assinalar.

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor

Nada a assinalar.

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Nada a assinalar.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável

Nada a assinalar.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Designação	Entidade		
	CMA	AVEIRO-EXPO	TOTAL
1	2	7	8=2+...+7
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Vendas de Bens	126.463,74	0,00	126.463,74
Prestação de Serviços	4.786.113,80	967.552,41	5.753.666,21
Total	4.912.577,54	967.552,41	5.880.129,95

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Nada a assinalar.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros

Nada a assinalar.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Designação da entidade	Órgão	
	Executivo	Fiscalização
Câmara Municipal de Aveiro	183.685,99	6.540,00
Aveiro Expo – Parque de Exposições, E.E.M.		4.080,00
TOTAL	183.685,99	10.620,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação

Nada a assinalar.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações

Nada a assinalar.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Nada a assinalar.

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados							
Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	1.375.456,51	1.055.937,20	781	Juros obtidos	0,98	4,49
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	2.957.080,27	2.930.149,92
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	185.647,16	178.976,83
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	8,12
688	Outros custos e perdas financeiros	2.782,16	2.623,66	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	1.667.642,15	2.049.650,46	789	Reembolsos e Restituições	-96.847,59	-928,04
		3.045.880,82	3.108.211,32			3.045.880,82	3.108.211,32

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados							
Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	1.581.969,61	1.074.970,51	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	25.107,92	0,00
693	Perdas em existências	17.409,10	88,71	793	Ganhos em existências	3,11	13.699,12
694	Perdas em imobilizações	4.900.567,94	799.514,30	794	Ganhos em imobilizações	1.468.663,86	244.748,87
695	Multas e Penalidades	975.129,18	202.454,19	795	Benefícios de penalidades contratuais	77.204,83	530.401,87
696	Aumentos de amortizações e de provisões	2.752,90	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	7.743.244,13	4.732,47
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	127.972,37	1.874.344,64	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	364.175,03	731.200,00
698	Outros custos e perdas extraordinárias	377.018,14	153.720,90	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.891.605,80	2.257.422,73
				799	Reembolsos Restituições e Anulações	0,00	0,00
	Resultados Extraordinários	4.587.185,44	-322.888,19				
		12.570.004,68	3.782.205,06			12.570.004,68	3.782.205,06

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Desdobramento das contas de provisões acumuladas					
Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	1.626.760,15	1.624.549,11	828.748,36	2.326.170,91
292	Provisões para riscos e encargos	6.197.005,45	0,00	2.190.924,64	4.171.969,04
39	Provisões para Depreciação de Existências	184.448,89	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	3.800.000,00	0,00	0,00	3.800.000,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Entidade / Descrição	Inst. Bancária	n.º Contrato	Valor do Contrato	Valor Contabilístico 2018
Câmara Municipal de Aveiro				
Leasing Imobiliário Terrenos PP do Centro	Caixa Leasing e Factoring, S.A.	985717	18.963.558,69	0,00
			Total	18.963.558,69
				0,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Nada a assinalar.

9. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais

Nada a assinalar.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Nada a assinalar.

7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do “Município de Aveiro”, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 336.214.780 euros e um total de fundos próprios de 139.416.552 euros, incluindo um resultado líquido de 21.369.862 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do “Município de Aveiro” em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

1. Relativamente às imobilizações do Município inscritas em Balanço em 31 de dezembro de 2018, perfazendo uma quantia líquida total de 268.329.522 euros (correspondendo a 71.494.960 euros de bens de domínio público, 196.833.486 euros de imobilizações corpóreas e 1.076 euros de imobilizações incorpóreas), não obstante termos constatado uma significativa recuperação e atualização dos registos por parte dos serviços internos do Município, o cadastro do imobilizado ainda não está completamente estabilizado.
2. Relativamente às empresas participadas pelo Município, ainda que não controladas, cuja quantia líquida ativa em balanço em 31 de dezembro de 2018 atinge a expressão líquida de 7.688.574 euros, não dispomos na presente data de informação financeira fiável reportada a 31 de dezembro de 2018 da AveiroPolis, S.A. (com a quantia bruta de 3.800.000 euros, correspondendo a uma posição de 40%), embora integralmente provisionada.
3. As rubricas de clientes, contribuintes, utentes e devedores que no balanço consolidado totalizam a quantia de 7.784.009 euros estão influenciados por créditos detidos pelo Município de Aveiro em 7.564.071 euros. Dos testes realizados ao processo de receita municipal por cobrar confrontando as verbas contabilísticas com as aplicações internas, detetamos uma sobreavaliação no ativo de pelo menos 315 mil euros por contrapartida de resultado do exercício e/ou de exercícios anteriores já transferidos para resultados transitados.

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@auditoria.pt – Internet: www.auditoria.pt

1

**JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA**

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o nº 20161438

4. Na Certificação Legal das Contas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, da subsidiária "AVEIRO-EXPO - Parque de Exposições, E.M.", constam as seguintes reservas por limitação de âmbito:
- (i) "Constatámos que no exercício de 2014 foram registados gastos no montante de 275.195 euros referentes a consumos de energia do período de 31 de agosto de 2008 a 31 de maio de 2011, não nos sendo possível aferir o montante de encargos para Aveiro-Expo com energia no período de 1 de junho de 2011 até 31 de dezembro de 2018."
 - (ii) "Os procedimentos de auditoria planeados foram limitados pela circunstância de não terem sido obtidas algumas respostas aos pedidos de confirmação de saldos. Os procedimentos alternativos efetuados na rubrica de clientes não se revelaram integralmente conclusivos. Tais circunstâncias não nos permitem pronunciar quanto a eventuais ajustamentos que poderiam ser considerados necessários em saldos incluídos na rubrica de Clientes no montante de 39.254 euros."

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas

Ênfases

1. Em reunião da Assembleia Municipal de 2 de agosto e de 15 de setembro de 2017, foi aprovada a dissolução e internalização da atividade no Município de Aveiro da subsidiária "Aveiro-Expo – Parque de Exposições, E.M. – em liquidação".
2. Na Certificação Legal das Contas referente ao exercício de 2017, foram colocadas as seguintes reservas, removidas na presente certificação:
 - "4. As imobilizações em curso de 4.589.172 euros, incluídas no total do imobilizado líquido do balanço consolidado, de 270.648.656 euros, incluem 1.609.042 euros de obras que não tiveram movimento nos últimos dois anos e para as quais não obtivemos evidência que já tivessem sido concluídas e/ou que as mesmas não devam ser consideradas como gasto do período, devido à sua não conclusão.". No decurso de 2018 o Município de Aveiro procedeu à análise das obras que não tinham movimento e efetuou as respetivas regularizações.
 - "5. As rubricas de clientes c/c, contribuintes, c/c/, utentes c/c e outros devedores líquidos, que totalizam a quantia de 8.330.427 euros do ativo, de acordo com os nossos cálculos encontram-se afetadas por cerca de 2,2 milhões de euros em risco de não cobrança.". Esta situação ficou resolvida em 2018 com o reforço da provisão para clientes de cobrança duvidosa.

Capital Social 15.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

- "6. Na Certificação Legal das Contas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da subsidiária "EMA - Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. - Em Liquidação", constam as seguintes reservas:

(i) "Tendo em conta as situações de incumprimento para com alguns fornecedores e outros credores, não obstante as negociações em curso pelo Município de Aveiro no âmbito do Programa de Ajustamento Municipal, aliado ao facto de não termos recebido informação da totalidade dos causídicos da Empresa, não é possível confirmarmos os valores calculados de juros de mora bem como a necessidade da criação de provisões."

(ii) "Verificamos a existência de saldos de clientes no valor de cerca de 277 mil euros cujo risco de realização consideramos elevado, pelo que entendemos que deveria ser efetuado o registo da respetiva imparidade e consequentemente uma diminuição dos capitais próprios naquele montante."

Esta situação ficou resolvida com a internalização da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – Em Liquidação em 2018.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

**JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA**

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Capital Social 15.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

LISBOA, em 6 de junho de 2019

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”
(Inscrita sob o n.º 119 na OROC)
Praça de Alvalade, 6, 3º Dtº 1700-036 Lisboa
Representada por
João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

**JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA**

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

**RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS**

(Unidade monetária: Euro)

À Assembleia Municipal,

Nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o nosso relatório e o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Aveiro, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal de Aveiro.

O Revisor Oficial de Contas desempenhou com regularidade as funções previstas no artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município de Aveiro. Para o efeito, recebeu da Câmara Municipal de Aveiro todos os esclarecimentos e informações solicitados.

No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão consolidado, completado o exame, nomeadamente, sobre as demonstrações financeiras consolidadas e seus anexos exigidos por lei com vista à emissão da certificação legal das contas consolidadas.

Parecer

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Aveiro referentes ao exercício de 2018, se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação legalmente aplicáveis a este sector, atento ao conteúdo da Certificação Legal das Contas.

Aveiro, em 6 de junho de 2019**“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”**

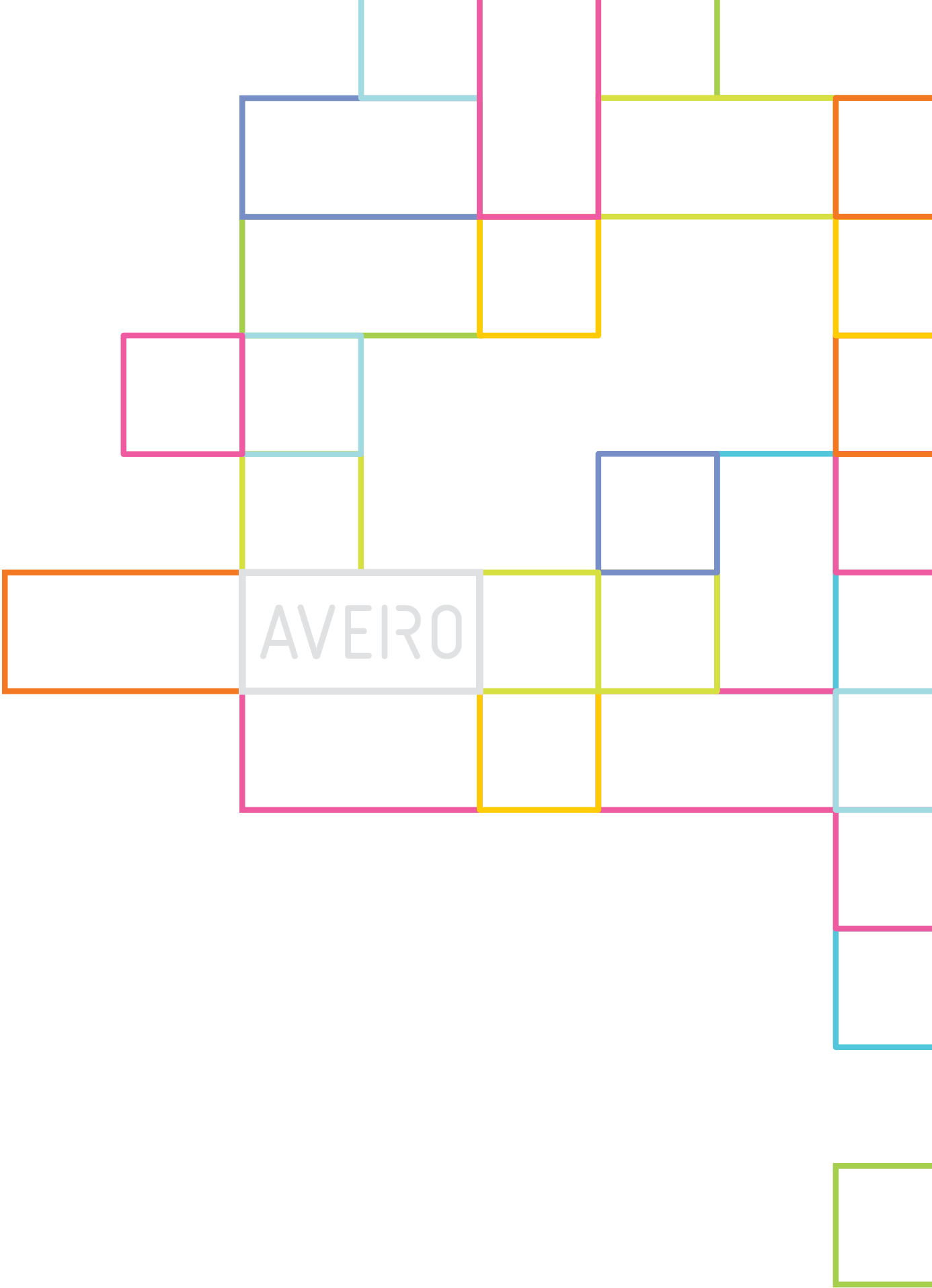
(Inscrita sob o n.º 119 na OROC)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742



AVEIRO